

PARECER INICIAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº
038/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº
011/2021. ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS. REGISTRO DE PREÇOS,
CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO
DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO A
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA
AQUISIÇÃO PARCELADO DE
MEDICAMENTOS E CORRELATOS.
OBSERVÂNCIA DA LEI 10.520/2002 E
LEI 8.666/1993. PARECER INICIAL.
OPINATIVO PELA APROVAÇÃO DO
EDITAL.

RELATÓRIO

Trata-se do procedimento licitatório nº 038/2021, modalidade pregão eletrônico/ Ata de registro de preços, tombado sob o nº 011/2021, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a *“registro de preço, consignado em ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando a contratação de empresas para aquisição parcelada de medicamentos e correlatos, para atender a Secretaria de Saúde do Município de Tamandaré (PE)”*

Seguindo a liturgia de praxe, os autos foram submetidos à análise desta assessoria jurídica, a fim de que fosse verificada a legalidade dos atos da fase interna do procedimento licitatório.

É, em abrupta síntese, o que importa relatar.

Passo a fundamentar, para, ao final, opinar:

FUNDAMENTAÇÃO

Registre-se, de pórtico, que o presente parecer tem por objeto a fase interna do procedimento licitatório, visando verificar a regularidade dos atos preparatórios do certame, em consonância com o art. 38, VI da Lei n  8.666/93.

Nesse toar, o opinativo tem por finalidade analisar a legalidade dos atos administrativos praticados durante o transcorrer do processo licitatório, de acordo com a legisla o vigente, de forma que, apesar de constar no procedimento a cota o de preços do objeto a ser adquirido, esta assessoria destaca que não det m expertise para examinar e aquilatar a correspondência dos valores estimados no certame frente ao usualmente praticado pelo mercado.

Ressalta-se, que o sistema de registro de preços tem finalidade selecionar as propostas mais vantajosa, que ficarão registradas perante a autoridade estatal para futuras e eventuais contrata es, não assumindo a obriga o de assinar o contrato.

Sendo assim, vislumbra-se que o processo licitatório está devidamente autuado e acompanhado da solicita o abertura do certame, autorizado por autoridade competente, do mesmo modo que possui termo de referência, descrevendo o objeto a ser licitado e as justificativas para a sua aquisi o.

Outrossim, o procedimento licitatório encontra-se instruido com a informa o de dota o orçamentária, emitida pelo setor de contabilidade, visando averiguar a disponibilidade financeira para aquisi o do objeto licitado.

No que tange ao instrumento convocatório, nota-se que o edital contempla as exigências de habilita o, os critérios de aceita o das propostas, as san es por inadimplemento, cláusulas do contrato, inclusive os prazos para fornecimento, dessa forma, estando em consonância com o art. 3 , I da Lei

10.520/2002. Ressalta-se, ainda, que o processo licitatório contém condições específicas para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

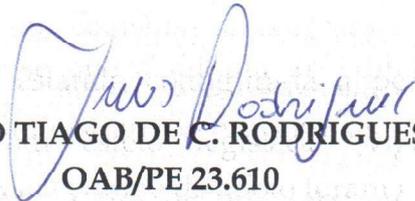
Por fim, constata-se que a minuta do edital inclui a previsão de interposição de recursos administrativos e eventuais impugnações. No mais, verifica-se que o pregoeiro e sua equipe de apoio foram nomeados pelo Prefeito, bem como realizaram todos os atos da fase interna em estrita observância da legislação, constando integralmente os requisitos da fase interna, exigidos pelo art. 3º da Lei do Pregão.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, estando configurada a perfeita regularidade do procedimento adotado, com esteio legislação vigente, **OPINO PELA APROVAÇÃO DO EDITAL**, a fim de que seja autorizada a abertura do respectivo processo licitatório, possibilitando à Administração contratar com a licitante que apresentar a melhor proposta.

É, S.M.J., o Parecer, que submeto à análise superior.

Tamandaré/PE, 1º de junho de 2021.


JULIO TIAGO DE C. RODRIGUES
OAB/PE 23.610